



Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu*

Especialização em EJA

Campus Nilópolis

Maria Cláudia Santos Sousa de Barros

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Nilópolis/RJ
Janeiro/2018

Maria Cláudia Santos Sousa de Barros

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pós-Graduação/Especialização em Educação de Jovens e Adultos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - Campus Nilópolis, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de especialista em Educação de Jovens e Adultos.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Claudia de Souza Teixeira

Nilópolis/RJ
Janeiro/2018

DEDICATÓRIA

A todos aqueles que não tiveram a oportunidade de frequentar a sala de aula na idade prevista, mas que não desistiram e hoje fazem parte desta população que busca uma transformação em suas vidas através do conhecimento. Para que possam transformar o mundo em um lugar mais receptivo às minorias.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, toda honra, glória e louvor. Agradeço por me dar saúde, sabedoria e vontade incansável de me capacitar para poder transmitir conhecimentos com qualidade.

Ao meu amado esposo, por sempre estar ao meu lado de forma a contribuir para o meu sucesso na conquista dos meus objetivos.

Aos meus familiares, por me entenderem e torcerem por mim.

À minha orientadora, Prof^ª Dr^ª. Claudia de Souza Teixeira, por toda paciência, carinho e dedicação; o que me ajudou a concluir este trabalho com nova motivação.

A todos os professores, que, com seus conhecimentos, promoveram direção e condições para minha formação profissional.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), por me proporcionar a oportunidade de me capacitar e de crescer na minha formação acadêmica.

Aos professores da Especialização em EJA, que muito contribuíram para o meu aprendizado e crescimento como pessoa e como profissional.

À minha amiga querida Elaine de Araújo Guimarães, que sempre esteve ao meu lado em todos os momentos difíceis, me motivando a seguir em frente apesar das barreiras e adversidades encontradas no caminho.

A todos, muito obrigada!

“Para a concepção crítica, o analfabetismo nem é uma ‘chaga’, nem uma ‘erva daninha’ a ser erradicada [...], mas uma das expressões concretas de uma realidade social injusta.”
(Paulo Freire)

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO EM EJA

Maria Cláudia Santos Sousa de Barros

Orientadora: Prof^a Dr^a Claudia de Souza Teixeira

RESUMO: Este artigo bibliográfico tem como objetivo mostrar a importância de, na Educação de Jovens e Adultos, associar a alfabetização com o letramento, pois aos alunos deve ser oferecida uma educação voltada para uma aprendizagem significativa por meio da leitura e da escrita baseadas nas vivências cotidianas. Entende-se que o processo de ensino-aprendizagem de jovens e adultos deve atender ao princípio da adequação de metodologia e recursos didáticos à realidade do grupo. O aporte teórico foi baseado em Paulo Freire (1987, 1996), Madalena Freire (2008), Soares (2002, 2003), Gadotti e Romão (2008), e em documentos oficiais, como a *Lei 9394/96*. Concluímos, com esta pesquisa, que o letramento na EJA é essencial para uma inclusão social mais plena.

PALAVRAS-CHAVE: Alfabetização; Letramento; Educação de Jovens e Adultos.

ABSTRACT: This bibliographical article aims to show the importance, in Young People and Adult Education, to associate alphabetization with literacy, because to the students must be offered an education focused on meaningful learning by means of reading and writing activities based on everyday experiences. The teaching-learning process of young people and adults must comply with the principle of adequacy of methodology and didactic resources to the reality of this group. The theoretical contribution is based on Paulo Freire (1987, 1996), Madalena Freire (2008), Soares (2002, 2003), Gadotti and Romão (2008), among other authors, and on official documents concerned to education, as the *Law 9394/96*. We conclude with this research that literacy in Young People and Adult Education is essential to fuller social inclusion.

KEY WORDS: Alphabetization; Literacy; Young People an Adult Education

INTRODUÇÃO

“Educação é o ato ou efeito de educar (-se); processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral do ser humano; civilidade; polidez”.
(FERREIRA, 1993)

O direito à educação de jovens e adultos (EJA) pode ajudar a assegurar a plena cidadania a esses indivíduos. Sendo estes detentores de saberes variados, a EJA possibilita que desenvolvam melhor suas potencialidades. Este artigo tem como objetivo enfatizar a

importância dessa educação, em especial, do alfabetizar letrando como meio de ampliar as possibilidades desses alunos de se tornarem agentes da sua realidade social. Segundo Madalena Freire, “No ato de ensinar, a matéria-prima do educador é não só o conhecimento, mas a pessoa humana – que conhece, que aprende, que cresce, que transforma.” (M. FREIRE, 2008, p. 197).

O objetivo geral deste artigo é destacar a importância da alfabetização associada ao letramento na educação de jovens e adultos. Assim, o trabalho apresenta uma pesquisa bibliográfica sobre EJA, alfabetização, letramento, o papel do professor alfabetizador e a perspectiva do alfabetizar letrando. Para este estudo, foram consultados trabalhos de Paulo Freire (1987, 1996), Madalena Freire (2008), Soares (2002, 2003), Gadotti e Romão (2008), dentre outros, e alguns documentos oficiais, como a *Lei 9394/96* (BRASIL, 1996).

A justificativa para esta pesquisa está no fato de que, embora a educação seja um direito assegurado a todo o cidadão, na prática, o analfabetismo continua sendo uma condição de milhões de brasileiros jovens e adultos. Segundo o site *ONUBR* (2017), dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que “a taxa de analfabetismo entre maiores de 15 anos no Brasil é de 8%, o equivalente a cerca de 13 milhões de pessoas.” Esses dados apontam que as condições de igualdade ainda não alcançaram essa população. Portanto, cabe à escola refletir sobre seu papel na inclusão social.

Parte-se do pressuposto que, através do ensino da leitura e da escrita, criam-se maiores possibilidades de aquisição de conhecimentos, de avanços progressivos e contínuos. Dessa forma, aumenta, no indivíduo, sua vontade e capacidade de mudar, de transformar sua história através da educação.

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A árdua jornada de trabalho é uma das principais causas de muitos jovens e adultos brasileiros ainda não terem conseguido estudar e ser alfabetizados, embora, há algum tempo, os governos venham executando políticas educacionais afirmativas de inclusão desses indivíduos. Soares afirma que

No Brasil, o discurso em favor da Educação popular é antigo: precedeu mesmo a Proclamação da República. Já em 1882, Rui Barbosa, baseado em exaustivo diagnóstico da realidade brasileira da época, denunciava a vergonhosa precariedade do ensino para o povo no Brasil e apresentava propostas de

multiplicação de escolas e de melhoria qualitativa de Ensino. (SOARES, 2002, p.8)

Ao refletir sobre EJA, percebemos que parte do avanço dessa modalidade se deve à *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988* (BRASIL, 1988) e à *Lei 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB* (BRASIL, 1996), que confirmam o direito de jovens e adultos à educação, estabelecendo princípios e deveres do Estado.

Gadotti e Romão reforçam o papel dos governos na garantia do acesso de jovens e adultos à educação:

É dever da União, Estados e Municípios garantir lugar e progressão a todos na escola, bem como as condições para sua permanência no sistema de ensino. [...] Além da oferta de ensino básico para todas as crianças, ampliar os serviços educacionais de pré-escola e educação especial, assumir no sistema, a educação de jovens e adultos e dos trabalhadores. (GADOTTI; ROMÃO, 2008, p. 109)

A EJA reflete a ideia de resgate, de reconstrução, conforme Moll:

Reconstruir o trajeto de retorno e de “inscrição simbólica” no espaço escolar é um dos primeiros desafios no trabalho com estes homens e mulheres marcados por situações escolares, inúmeras vezes, desfavoráveis. Para muitos a escola ficou para trás há muito tempo, é coisa de criança, apesar do seu desejo de aprender a ler e escrever. (MOLL, 2004, p.12)

A *Resolução CNE/CEB nº 1/2000* (BRASIL, 2000) estabeleceu as Diretrizes Curriculares para a EJA. Por isso, ao englobar os processos formativos dessa modalidade de ensino, são fixadas, em seus artigos, incisos e parágrafos, as orientações visando a uma educação inclusiva no ensino fundamental e médio.

Os artigos 2º, 3º e 4º destacam a importância dessa modalidade para aqueles que não conseguiram concluir a educação básica. O artigo 5º, em seu parágrafo único e incisos I, II e III, afirma que, na EJA, é necessário preservar a "identidade própria", assim como considerar os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautar na equidade, ou seja, que haja distribuição uniforme e específica dos conteúdos curriculares com o propósito de proporcionar oportunidades educacionais iguais, valorizando o conhecimento de mundo e as experiências pessoais.

Ressalta-se que os componentes curriculares devem estar adequados ao tempo disponível, mas devem proporcionar aos alunos da EJA identidades formativas comuns às dos alunos que cursam a educação básica dentro do período considerado próprio. No Art. 6º, é sublinhado que a organização e a estruturação, em relação ao tempo e à duração do curso,

devem ser estabelecidas pelo sistema de ensino, respeitando-se, evidentemente, essa legislação.

Nos Art. 9º e 10º, enfatiza-se que é de responsabilidade dos sistemas de ensino a regulamentação, organização e estruturação dos cursos de EJA de acordo com a instituição. Sendo assim, "as instituições ofertantes informarão aos interessados, antes de cada início de curso, os programas e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos professores, recursos didáticos disponíveis e critérios de avaliação" (BRASIL, 2000, p. 2). Nesse documento, ainda há a ressalva que, se os cursos ofertados forem semi-presenciais e a distância, só ocorrerão exames de avaliação para obtenção dos certificados de conclusão.

O objetivo do EJA é dar novas oportunidades formativas a jovens e adultos que abandonaram os estudos pelos mais diversos motivos, ou até mesmo aos que ainda não tiveram oportunidade de ingressar na escola. Dessa forma, essa modalidade atende a uma grande parcela dos analfabetos funcionais. Estes são os que não conseguem sequer preencher uma ficha de emprego ou elaborar um pequeno texto. Muitas vezes, só escrevem o nome completo por memorizar o desenho das letras. Esses indivíduos, por não conhecerem plenamente seus direitos, não conseguem reivindicá-los, identificar e ocupar seu verdadeiro lugar na sociedade como cidadãos. Como relata Barros¹ em entrevista:

O analfabetismo é um problema que o Brasil ainda não aprendeu a resolver. De acordo com os últimos números oficiais, divulgados pelo governo em novembro de 2016, existem no Brasil **12,9 milhões de pessoas** com 15 anos ou mais de idade que não sabem ler. Isso representa **8% dos brasileiros** nessa faixa de idade. O Nordeste é a região que concentra o maior número de analfabetos, com **16,1%**. O Sul e o Sudeste têm as menores taxas, com **4,1%** e **4,3%**, respectivamente. No Norte do país, **9%** da população adulta não saber ler e no Centro-Oeste esse índice é de **5,7%**. (OSHIMA, 2017, s.p. Grifos do autor.)

Gadotti e Romão apontam caminhos para enfrentar o analfabetismo:

O enfrentamento consequente do analfabetismo no Brasil requer, de um lado, uma política global que conduza o país ao desenvolvimento econômico com justiça social, superando a atual situação de extrema desigualdade na distribuição de renda, bens e serviços; de outro lado, exige uma política educacional sistemática e de ação prolongada que priorize a universalização do ensino básico e respeite as especificidades regionais. (GADOTTI, ROMÃO, 2008, p. 108)

Os autores apontam que a solução para o analfabetismo extrapola o âmbito educacional uma vez que se fazem necessárias mudanças na política global, no entanto, o

¹Ricardo Paes de Barros é economista-chefe do Instituto Ayrton Senna, professor titular da Cátedra Instituto Ayrton Senna na Faculdade IUPER e coordenador do Núcleo "Ciência para Educação", do Centro de Políticas Públicas – CPP.

acesso de todos à escola é também essencial. Deve-se, então, priorizar a educação para todos, sem desigualdades, respeitando-se as diferenças entre os grupos. Azevedo (2000) chama a atenção para a necessidade de se garantir, na EJA, condições de aprendizagem considerando o processo de construção de conhecimento de cada indivíduo e as especificidades de cada contexto.

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Pode-se definir alfabetização como o “processo específico e indispensável de apropriação do sistema de escrita, a conquista dos princípios alfabético e ortográfico que possibilitam ao aluno ler e escrever com autonomia” (CARVALHO e MENDONÇA, 2006, p.19).

Para Rojo, alfabetizar é uma ação que possibilita o uso da língua por intermédio do alfabeto e da ortografia. Então, "isso quer dizer dominar um sistema bastante complexo de representações e de regras de correspondência entre letras (grafemas) e sons da fala (fonemas) numa dada língua" (ROJO, 2010, p. 23). Ainda com base nessa autora, pode-se entender o letramento como uma prática de uso da linguagem nos vários contextos sociais, independentemente dos valores culturais atribuídos a essa prática.

Conforme Batista (2006), a alfabetização, no passado, envolvia o domínio da leitura e da escrita, mas o letramento possibilitou a ampliação desse paradigma, considerando-se o contexto do sujeito junto aos "conhecimentos, atitudes e capacidades, necessários para usar a língua em práticas sociais" (BATISTA, 2006, p. 17).

Já Soares ressalta que:

[...] etimologicamente, o termo alfabetização não ultrapassa o significado de “levar à aquisição do alfabeto”, ou seja, ensinar o código da língua escrita, ensinar as habilidades de ler e escrever. Pedagogicamente, atribuir um significado muito amplo ao processo de alfabetização seria negar-lhe a especificidade, com reflexos indesejáveis na caracterização de sua natureza, na configuração das habilidades básicas de leitura e escrita, na definição da competência em alfabetizar. (SOARES, 2003, p. 15)

Ainda segundo a autora, letramento “Numa dimensão social, é o que as pessoas fazem com as habilidades de leitura e de escrita, em um contexto específico, e como essas habilidades se relacionam com as necessidades, valores e práticas sociais.” (SOARES, 2003, p.31). Para Morais e Albuquerque (2004), o letramento ocorre no social, e, por isso, também fora da escola. Sendo assim, o letramento envolve não apenas o conhecimento das letras, mas também aquisição de competência para atuar nas práticas sociais que usam a escrita, enquanto

sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos e objetivos específicos (TFOUNI, 1995). É esta perspectiva que adotaremos neste trabalho.

Soares (2003) reafirma a importância de o sujeito desenvolver as habilidades de leitura e da escrita, adquirindo informações para sua vida pessoal e social e expressando seus interesses nas mais diversas situações. Ser letrado, portanto, não é somente ser conhecedor da língua escrita, é ser capaz de compreender, interagir e intervir no mundo.

A autora destaca que o indivíduo considerado alfabetizado pode não ser competente na leitura e na escrita, mas o letrado, necessariamente, sabe atender às demandas sociais quanto a essas atividades:

Aprender a ler e a escrever significa adquirir uma tecnologia, a de decodificar e tornar a escrita própria. O indivíduo alfabetizado não é necessariamente um indivíduo que sabe ler e escrever, já o indivíduo letrado é o indivíduo que vive em estado de letramento, que usa socialmente a leitura e a escrita, pratica a leitura e a escrita, responde adequadamente às demandas sociais. (SOARES, 2003, p. 78)

Pereira esclarece que o letramento está interligado a valores atribuídos pelos sujeitos à escrita e aos usos que fazem ou pretendem fazer dela:

O letramento que é construído na experiência observada foi apreendido a partir de dois movimentos. Um primeiro se refere aos discursos dos sujeitos em torno dos usos que fazem ou pretendem fazer da escrita, dos valores que tendem a atribuir ao sistema de escrita, dos valores que tendem a atribuir ao sistema de escrita e da visão sobre o aprendizado, e um segundo que busca captar os eventos de letramento através da prática educativa do projeto. Nos discursos em torno dos usos que fazem ou pretendem fazer da escrita, os alunos revelam a necessidade de construir uma autonomia de uso da língua escrita em relação às pessoas que estão mais próximas. No que se refere aos valores que tendem a atribuir ao sistema de escrita, os discursos dos sujeitos caminham no sentido de buscar, através da aquisição da escrita, uma maior mobilidade social inserindo e participando de modo efetivo em outros espaços que não só a família. (PEREIRA, 2004, p. 157-158).

De acordo com Morais e Albuquerque (2004), a aprendizagem da escrita, ou seja, a codificação e decodificação, nas instituições escolares, no passado, ocorria por intermédio de "métodos de alfabetização (métodos sintéticos como silábicos e os fônicos; métodos globais), e só depois se ofereciam atividades de leitura e escrita de textos" (MORAIS e ALBUQUERQUE, 2004, p. 64).

Os autores sublinham, no entanto, que essa prática, na verdade, ainda é comum. Esta ainda está presente quando os alunos leem cartilhas e se prendem à junção das famílias silábicas. Os textos usados têm o papel de "cumprir as funções sociais aos quais se destinam (aprendizagem da leitura e da escrita)" (*Ibidem*, p. 64). Por esse viés, os autores reconhecem

que essa idéia de "letramento escolar" (*Ibidem*, p. 65), isto é, essa metodologia tradicional não retrata a realidade dos discentes, assim como não representa o "desenvolvimento socioeconômico-cultural de nossas sociedades, em que os indivíduos convivem em contextos onde a escrita se faz presente de forma mais complexa" (*Ibidem*).

Morais e Albuquerque (2004) destacam que, em suas práticas diárias, os indivíduos têm contato direta ou indiretamente com a escrita, por meio, por exemplo, das notícias ou da leitura oral realizada por outra pessoa. Não importam as circunstâncias, nas palavras desses pesquisadores, "esses analfabetos têm um conhecimento letrado e apresentam experiências diversificadas com a leitura e a escrita. [...]. É nessa perspectiva que defendemos uma prática de ensino que "alfabetize letrando"" (MORAIS e ALBUQUERQUE, 2004, p. 67).

O PAPEL DO PROFESSOR LETRADOR NA EJA

Conforme os *Parâmetros Curriculares Nacionais* de Língua Portuguesa (BRASIL, 1997), a escola tem o compromisso de desenvolver os conhecimentos linguísticos dos educandos para ampliar sua participação social:

O domínio da língua tem estreita relação com a possibilidade de plena participação social, pois é por meio dela que o homem se comunica, tem acesso à informação, expressa e defende pontos de vista, partilha ou constrói visões de mundo, produz conhecimento. Assim, um projeto educativo comprometido com a democratização social e cultural atribui à escola a função e a responsabilidade de garantir a todos os seus alunos o acesso aos saberes linguísticos necessário para o exercício da cidadania, direito inalienável de todos. (BRASIL, 1997, p. 21)

Nesse sentido, pode-se concluir que saber ler e escrever é de suma importância para que ocorra uma maior inclusão social dos indivíduos. Segundo Costa, "O ideal é ensinar a ler e a escrever, para que os excluídos, os injustiçados, os que sofrem preconceitos e injustiças de qualquer ordem, possam se 'desumilhar', ou seja, sair da condição de humilhação" (COSTA, 2004, p. 58).

Segundo Soares (2003), o letramento na EJA deve ser compreendido sob uma perspectiva particular, pois os jovens e adultos não escolarizados, muitas vezes, são vistos como ignorantes ou incompetentes.

Freire, por sua vez, defende que, para a alfabetização, é necessário que sejam consideradas as experiências de mundo dos indivíduos: "Ler a palavra e aprender como escrever a palavra, de modo que alguém possa lê-la depois, são precedidos do aprender como

‘escrever o mundo’, isto é, ter a experiência de mudar o mundo e estar em contato com o mundo.” (FREIRE, 1987, p. 31).

No entanto, segundo Costa, não basta apenas o desejo dos educandos de dominar a língua escrita, faz-se também necessário “esforço pedagógico que possa conduzir ao desenvolvimento de habilidades.” (COSTA, 2004, p. 59).

Ensinar a ler e escrever constitui-se em tarefa básica da escola. A aquisição dessas habilidades permite que os educandos desenvolvam competências para aprender ao longo da vida. Oferecer condições para tal, segundo Pereira, “No que diz respeito ao professor, [...] têm a ver com sua formação, com a percepção de si mesmo e de seu papel na escola, com sua interação em relação ao conhecimento, aos alunos, ao espaço da sala de aula etc.” (PEREIRA, 2004, p. 25).

Freire (1996) aponta que a inexperiência do educador limita a sua autonomia: “Ninguém é autônomo primeiro para depois decidir. A autonomia vai se construindo na experiência de várias, inúmeras decisões, que vão sendo tomadas.” (FREIRE, 1996, p. 55).

Gadotti e Romão destacam que tornar-se educador pressupõe um processo contínuo:

Ninguém é educador. Alguém torna-se educador (ou deseducador) no decorrer da existência, no incessante processo de estruturação/desestruturação/reestruturação dos equilíbrios pessoais e coletivos provisórios, na teia das relações sociais, no fluxo permanente das interações entre teoria e “práxis”. (GADOTTI, ROMÃO, 2008, p. 63)

Esses autores explicam, ainda, que o educador da EJA deve estar ciente da complexidade do seu trabalho e deve saber lidar com as expectativas dos educandos mesmo que estas representem uma concepção limitada do papel da escola:

Tantas vezes ouvi de homens e mulheres, em processo de alfabetização: “Mas eu não vim aqui para conversar, vi para aprender!” “Não adianta ficar falando, a gente tem que escrever encher o caderno!” “Professora, quando vai terminar este papo, não vai ter tema no quadro pra copiar?” – em salas de aula nas quais os professores estavam dispostos a escutá-los, valorizando sua palavra [...]. (GADOTTI, ROMÃO, 2008, p. 13)

Nessa mesma linha de pensamento, para Moll (2004), a visão dos adultos sobre a escola é, muitas vezes, um paradoxo em relação às estratégias didáticas que devem ser adotadas. Para eles, muitas vezes, estudar é preencher o caderno com tarefas; o aprender só ocorre através do escrever e escrever. Nessa perspectiva, esperam que a escola, por intermédio do educador, passe conhecimentos. Seria a adoção de uma prática que Freire chama de “educação bancária”. A educação bancária tem como base a adoção de uma única

verdade, quer dizer, "o 'saber' é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber" (FREIRE, 1987, p. 33). Nessa perspectiva, o professor é sempre o detentor do conhecimento, e o aluno aquele que não tem subsídios para a troca do aprendizado.

Um professor deve, na verdade, dominar maneiras de levar os seus alunos a participarem das atividades em aula sem insatisfação. Para Moll (2004), na EJA, o educador, valorizando as experiências dos alunos, deve atraí-los para a busca dos conhecimentos:

Fazer-se professor ou professora de adultos implica empreender trajetórias que se enveredem pela razão sensível que, compreendendo e explicando o mundo com seus condicionamentos históricos, sociais, políticos, econômicos e culturais, permitem no espaço da sala de aula para que cada um, se dizendo, possa dizer de seu mundo. E dizendo suas novas palavras, possa encantar-se com o universo de conhecimento que vem através delas (MOLL, 2004, p. 17).

Morais e Albuquerque (2004) acentuam que os docentes, tanto das escolas públicas como das particulares, ainda continuam a pautar-se no sistema de ensino tradicional, e que essa é a realidade da EJA. Assim, como destacado por Moura e Moraes (2001, apud MORAIS; ALBUQUERQUE, 2004), mesmo que tenham uma preocupação em levar para a sala de aula textos que fazem parte da vivência dos alunos, ou que usem atividades que contenham essa significância, a didática, no geral, ainda está alicerçada na "decoreba" e nas estratégias que remetem ao tradicional. Por conseguinte, "muitas vezes cria-se uma evidente contradição: leem-se e escrevem-se textos interessantes, mas o ensino da escrita alfabética não muda" (MORAIS; ALBUQUERQUE, 2004, p. 68).

Considerando que, na maioria das vezes, o ensino é mecânico e voltado para uma aprendizagem tecnicista, que visa ao mercado de trabalho, o aluno, quase sempre, busca os bancos escolares na expectativa de melhoria profissional e social. O professor, então, precisa mostrar que aprender é bem mais que isso: é transformação da qualidade de vida. Quanto a essa visão sobre a EJA, Gadotti e Romão alertam:

Um programa de educação de adultos, por essa razão, não pode ser avaliado apenas pelo seu rigor metodológico, mas pelo impacto gerado na qualidade de vida da população atingida. A educação de adultos está condicionada às possibilidades de uma transformação real das condições de vida do aluno-trabalhador. Os programas de educação de jovens e adultos estarão a meio caminho do fracasso se não levarem em conta essas premissas, sobretudo na formação do educador. (GADOTTI; ROMÃO, 2008, p.32)

Conforme Moraes e Albuquerque (2004), no letramento, distinguem-se conhecimentos sobre a aprendizagem da escrita alfabética daqueles referentes ao uso e produção da linguagem escrita. E, embora os professores entendam essa concepção de letramento, ainda

encontram dificuldades de colocá-la em prática. Os autores enfatizam que "estar alfabetizado" vai muito além de ler e escrever um bilhete simples, e o professor precisa ter essa noção quando for alfabetizar uma turma de EJA, uma vez que, "aquele conhecimento não dá conta do aprendizado dos diferentes gêneros textuais e de suas funções e usos no cotidiano" (*Ibidem*, p. 69).

ALFABETIZAR LETRANDO NA EJA

Quando se fala de alfabetização na educação de jovens e adultos, Paulo Freire é geralmente citado como uma autoridade no assunto. Sua metodologia é voltada para uma educação democrática e libertadora, sendo assim conceituada por trazer, para sala de aula, não apenas a construção da leitura e escrita, mas a consciência política cidadã. Nessa perspectiva, os alunos, com ajuda do professor, trazem, para o ambiente escolar, assuntos que permeiam suas vidas cotidianas. Como afirma Brandão sobre o método de Freire:

Um dos pressupostos do método é a ideia de que ninguém educa ninguém e ninguém se educa sozinho. A educação, que deve ser um ato coletivo, solidário – um ato de amor dá para pensar sem susto –, não pode ser imposta. Porque educar é uma tarefa de trocas entre pessoas e, se não pode ser nunca feita por um sujeito isolado (até a autoeducação é um diálogo a distância), não pode ser também o resultado do despejo de quem supõe que possui todo o saber, sobre aquele que, do outro lado, foi obrigado a pensar que não possui nenhum. (BRANDÃO, 1981, p. 21-22)

Freire preconizava, em sua metodologia, a troca de saberes e oportunizava a cada aluno a construção de seu conhecimento, de acordo com suas habilidades, permitindo a todos uma construção dinâmica e contínua. Pois, como já foi falado, alunos que frequentam a EJA possui bagagens culturais diferentes, e estas são trazidas para sala de aula. Não estão, portanto, todos no mesmo patamar de aprendizagem. Por isso, é preciso que o professor utilize estratégias que possam conduzir o aluno ao aprendizado, sem, contudo, ignorar que alguns necessitam de atenção diferenciada.

De acordo com Leal (2004, apud ALBURQUEQUE; FERREIRA, 2008), o professor da EJA precisa utilizar como estratégia a reflexão, pois o aluno precisa compreender as atividades de leitura e escrita que estão sendo propostas. Outro aspecto apontado por esses autores recai sobre a responsabilidade metodológica do docente. O planejamento dele precisa estar pautado nos momentos de "leitura e produção de diferentes gêneros textuais e momentos de reflexão sobre a constituição do sistema alfabético, para que o aluno ganhe maior

autonomia nas atividades de uso do texto escrito" (ALBURQUEQUE; FERREIRA, 2008, p. 429). Outra técnica que pode ser utilizada pelo professor, abordada por Albuquerque e Ferreira (2008), seria a realização de diferentes exercícios de reflexão baseados no saber do aluno. Para isso, seria importante o aproveitamento constante de grafias que já fazem parte do universo do estudante, pois estas teriam uma maior significação para ele.

Dentre tantas pesquisas envolvendo alfabetização e letramento, uma questão é unanimidade entre os pesquisadores: cabe ao professor considerar as experiências e conhecimento de mundo dos seus alunos para a práxis em sala de aula. Por isso, Teles e Soares (2016) destacam a importância da postura do professor na EJA: é necessário que este "elabore estratégias de ensino, metodologias específicas, que visem chamar a atenção desses discentes [...]. O educador da EJA precisa refletir sobre sua prática constantemente, com o intuito de melhorar cada vez mais seu fazer docente." (TELES; SOARES, 2016, p. 85). Esses autores destacam ainda:

Nesse sentido, uma prática pedagógica eficaz na EJA consiste em fazer com que o educando se aproprie das especificidades da alfabetização e do letramento em um contexto que envolva a leitura, a escrita e a produção de gêneros textuais diversificados. Desse modo, a partir do momento que o professor considere o estudante jovem e adulto como produtor de saber e de cultura, ainda que não saiba ler e escrever, em práticas efetivas de letramento, o processo de alfabetização se torna muito mais significativo. (TELES; SOARES, 2016, p. 88. Adaptado)

A alfabetização, na EJA, muitas vezes, tem sido realizada através de cartilhas, que, mesmo voltadas para adultos, nem sempre contemplam as especificidades desse público. Isto acaba por provocar uma falta de interesse do educando, causando, então, a evasão escolar. Barbosa faz um alerta sobre as cartilhas:

O único objetivo das cartilhas é colocar em evidência a estrutura da língua escrita, tal como é concebida pelos métodos de alfabetização. Por isso, as cartilhas tendem a apresentar uma escrita sem significados. As cartilhas geralmente não consideram a "bagagem" que os alunos trazem consigo; eles são tratados da mesma forma e a alfabetização inicia-se em um mesmo ponto, como regra. (BARBOSA, 1994, p. 60)

No entanto, cabe ressaltar que, em algumas escolas brasileiras, por serem carentes de uma infra-estrutura básica e/ ou mesmo por estarem em locais de difícil acesso, há educadores que ainda usam cartilhas, pois, muitas vezes, é o único recurso disponível. A tarefa do professor, nesses casos, é adaptar esse instrumento didático a uma prática que não priorize a "decoreba" ou métodos tradicionais. Uma estratégia eficaz seria usar a figura delas para

produção de textos coletivos ou relacionar as palavras e frases ao conhecimento de mundo dos estudantes.

Deve-se destacar, ainda, a ação do Ministério da Educação e Cultura (MEC) que, com o objetivo de atender aos alunos de diferentes faixas etária do EJA, lançou o Programa Nacional do Livro Didático para Educação de Jovens e Adultos (PNLD EJA). Os alunos dessa modalidade de ensino recebem o livro didático e não têm a obrigatoriedade de devolvê-lo no final de cada etapa (série/ ano) cursada.

Essa conquista só foi possível devido à *Resolução nº 51 de 16 de setembro de 2009* (BRASIL, 2009), que garante esse material para todas as escolas públicas que ofertem o EJA e para as parcerias de outras entidades com o Programa Brasil Alfabetizado (PBA). No Art. 4º., em seu parágrafo único, a *Resolução* discorre que todo o material precisa ser utilizado com os alunos. Em seu inciso VI, afirma ser competência do educador selecionar as obras junto a sua escola. Portanto, essa é uma estratégia que prioriza a escolha do material didático de forma democrática, além de não usar as cartilhas para a alfabetização. Por esse ângulo, percebe-se uma ressignificação do ensino com uma abordagem didática e pedagógica que atenda o cenário atual.

Também a *Proposta Curricular para o 1º Segmento da EJA* (BRASIL, 2001), afirma que, nessa modalidade de ensino, é preciso que o trabalho com o aluno seja diferenciado:

É especialmente importante, no trabalho com jovens e adultos, favorecer a autonomia dos educandos, estimulá-lo a avaliar constantemente seus progressos e suas carências, ajudá-los a tomar consciência de como a aprendizagem se realiza. Compreendendo seu próprio processo de aprendizagem, os jovens e adultos estão mais aptos a ajudar outras pessoas a aprender, e isso é essencial para pessoas que, como muitos deles, já desempenham o papel de educadores na família, no trabalho e na comunidade. (BRASIL 2001, p.46)

Pereira afirma a necessidade de, na EJA, “pensar em ações que favoreçam, ao mesmo tempo, a alfabetizar e letrar dos sujeitos” (PEREIRA, 2004, p. 159). Em vista disso, Morais e Albuquerque (2004) enfatizam que o uso de ferramentas, como contar histórias², por exemplo, leva o sujeito a dominar diferentes gêneros textuais, antes mesmo de estarem alfabetizados. Essa práxis utilizada pelo educador possibilita que se amplie a bagagem de conhecimento dos alunos sobre mecanismos da língua escrita. Portanto, é esse tipo de saber que a escola precisa priorizar, e não focar num ensino ligado apenas "ao aprendizado do sistema de escrita alfabético" (MORAIS E ALBUQUERQUE, 2004, p. 70).

² Optou-se por esse uso da escrita, pois a palavra remete a fábulas, conto de fadas e outros gêneros fictícios.

Soares explica que alfabetizar letrando é ensinar a ler e a escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, “de modo que o sujeito seja capaz de se tornar ao mesmo tempo uma pessoa alfabetizada, que esteja sabendo interpretar a leitura, ou seja, identificando o significado do que está sendo lido. Para tornar-se um indivíduo essencialmente *letrado*”. (SOARES, 2003, p.47)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo discorrer sobre a alfabetização e o letramento na EJA. Foram apresentadas concepções e conceitos de alfabetização e letramento, assim como a formação que essas práticas proporcionam ao aluno. Enfatizou-se também o papel do professor, sua postura e práxis ideais, nessa modalidade de ensino, em especial, quando o objetivo é alfabetizar letrando o público específico da EJA.

Podemos concluir que, nessa modalidade de ensino, ainda há problemas que requerem análises e reflexões para que se consigam obter resultados mais satisfatórios. No entanto, nunca se deve esquecer que é essencial considerar a “bagagem” de conhecimentos dos alunos e adotar práticas pedagógicas adequadas a eles.

Quanto ao letramento, as situações que possibilitam esse processo, que é contínuo, ocorrem na vida de todos que vivem nas sociedades modernas. Portanto, cabe ao professor compreender essa verdade e utilizar atividades e recursos didáticos que considerem essas situações cotidianas dos alunos.

Por fim, defendemos que é função da escola formar indivíduos capazes de ir além do domínio do sistema alfabético, que sejam cidadãos críticos e conscientes da sua posição na sociedade, aptos a participarem ativa e competentemente das práticas sociais que envolvem a escrita. Também enfatizamos que todas as pessoas envolvidas com a educação, direta ou indiretamente, devem lutar por políticas públicas que priorizem essa formação.

REFERÊNCIAS

ALBURQUEQUE, E. B. C. de; FERREIRA, A. T. B. A construção/fabricação de práticas de alfabetização em turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA). *Rev. Educação*, Santa Maria, v.33, n. 3, p. 425 - 440, set. - dez, 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/82/56>>. Acesso em: 02 fev. 2018.

AZEVEDO, J. C. de. *Escola cidadã: desafios, diálogos e travessias*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

BARBOSA, J.J. *Alfabetização e leitura*. São Paulo: Cortez, 1994.

BATISTA, A. A. G. Alfabetização, leitura e escrita. In: CARVALHO, M. A. F. de; MENDONÇA, R. H. (Org). *Práticas de leitura e escrita*. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

BRANDÃO, C. R. *O que é o método Paulo Freire*. 1.ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRASIL precisa ampliar investimentos na educação de jovens e adultos, alerta especialistas. *ONUBR: Nações Unidas no Brasil*, 08 set. 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/brasil-precisa-ampliar-investimentos-na-educacao-de-jovens-e-adultos-alertam-especialistas/>>. Acesso em: 08 dez. 2017.

_____. Ministério da Educação. *Resolução nº 51*, de 16 de setembro de 2009. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro Didático para Educação de Jovens e Adultos (PNLD EJA). Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10026-resolucao-51-2009-secadi&category_slug=fevereiro-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 02 fev. 2018.

_____. Ministério da Educação. *Educação para jovens e adultos: ensino fundamental: proposta curricular para o 1º segmento*. Coord. e texto final de Vera Maria Masagão Ribeiro. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 2001.

_____. Ministério da Educação. *Resolução CNE/ CEB Nº 1, de 5 de julho de 2000*. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>>. Acesso em: 26 dez. 2017.

_____. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa*. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1997.

_____. Presidência da República: Casa Civil. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 08 dez. 2017.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicoaocompilado.htm>. Acesso em: 02 fev. 2018.

CARVALHO, M. A. F.; MENDONÇA, R. H. *Práticas de leitura e escrita*. Brasília: Editora da UnB, 2006.

COSTA, S. R. Interação, *Alfabetização e Letramento: uma proposta de/ para alfabetizar, letrando*. In: MELLO, Maria Cristina de; RIBEIRO, Amélia Escotto do Amaral. (Org). *Letramento: significado e tendências*. 1. ed. Rio de Janeiro: WAK, 2004. p. 13-49.

FREIRE, M. *Educador, educa a dor*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. (Orgs.). Diretrizes Nacionais. In: _____. *Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta*. 10. ed. São Paulo: Cortez/ Instituto Paulo Freire, 2008. p.119-129.

MOLL, J. Alfabetização de adultos: desafios à razão e ao encantamento. In: _____. (Org.). *Educação de jovens e adultos*. Porto Alegre: Mediação, 2004. (Série Projetos e Práticas Pedagógicas).

OSHIMA, F. Y. O custo do analfabetismo para vida de cada um. Entrevista com Ricardo Paes de Barros. *Revista Época* (online), 03 ago. 2017. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/educacao/noticia/2017/08/o-custo-do-analfabetismo-para-vida-de-cada-um.html>> Acesso em: 06 ago. 2017.

PEREIRA, M. L. de C. *Construção do letramento na educação de jovens e adultos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

ROJO, R. Alfabetização e letramentos múltiplos: como alfabetizar letrando? In: RANGEL, E. de O.; ROJO, H. (Org). *Língua Portuguesa: ensino fundamental*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. (Coleção Explorando o Ensino, v. 19).

SOARES, L. J. G. *Educação de jovens e adultos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SOARES, M. *Letramento: um tema em três gêneros*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

TELES, D.A; SOARES, M. P. do S. B. Educação de Jovens e Adultos: desafios e possibilidades na alfabetização. *Rev. Educação e Emancipação*, São Luís, v. 9, n. 1, p. 90-102, jan-jun, 2016. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducaoemancipacao/article/view/4980/3060>>. Acesso em: 02 fev. 2018.

TFOUNI, L. V. *Letramento e alfabetização*. São Paulo: Cortez, 1995.